

## CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Título:** Liberação acelera obra

**Veículo:** A crítica

**Data:** 24.07.18

**Enfoque:**

Positivo ( ) Negativo ( ) Neutro (X)

**Caderno:** Cidades

**Página:** C3

Ministro da Educação anunciou antecipação de R\$ 8,3 milhões para a construção de alas

# Liberação acelera obra

**PRISCILA ROSAS**

cidades@acritica.com

O ministro da Educação, Rossieli Soares, anunciou ontem pela manhã, em Manaus, a liberação de R\$ 8,3 milhões dos cofres federais para a segunda fase de obras do Hospital Universitário Getúlio Vargas (HUGV). Esta segunda fase contemplará os setores de nefrologia, laboratório, farmácia, salas de aula e setores administrativos. No total, a construção é orçada em R\$ 105 milhões. Com isso, boa parte da obra, prevista para ser entregue em setembro do ano que vem, será concluída até o fim deste ano.

O ministro visitou o canteiro de obras do hospital, vinculado à Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Estavam presentes também o reitor da Ufam, Sylvio Puga, o vice-reitor da instituição, Jacob Cohen, o superintendente em exercício do HUGV, Luiz Carlos de Lima.

O ministro visitou o canteiro de obras do hospital, vinculado à Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Estavam presentes também o reitor da Ufam, Sylvio Puga, o vice-reitor da instituição, Jacob Cohen, o superintendente em exercício do HUGV, Luiz Carlos de Lima.

Ele explicou que, há dois meses, em reunião feita com o reitor da Ufam, a superintendência da unidade e o corpo médico, decidiram quais seriam as grandes prioridades. O serviço de hemodiálise ficou definido como prioritário. "Isso vai possibilitar que, em um curto espaço de tempo, o próprio Amazonas comece a fazer transplante renal, por exemplo. Esperamos chegar em breve nesse nível. Eu sei que o corpo técnico daqui está se preparando para isso", disse Rossieli.

O superintendente em exercício Luiz Carlos Lima explicou

que, com a construção da segunda torre, o intuito é disponibilizar o serviço de nefrologia, incluindo a hemodiálise, e que laboratórios, o almoxarifado e a farmácia também serão transferidos para o local. Atualmente são feitas 20 cirurgias diárias no hospital. Com a liberação das duas torres, o intuito é dobrar esse número.

Prestes a liberar 90 leitos,

com as unidades em pleno funcionamento, o hospital contará com 300 leitos para operações do Sistema Único de Saúde (SUS). “Vemos isso com bastante entusiasmo porque foram 30 anos lutando”, disse. Ele também destacou que a nova formação do hospital é ter o atendimento mais humanizado. Mesmo com a construção, o atendi-

mento continuará normal.

“Parte da torre dois já se encontra em construção e, com isso, nós poderemos prever que até final do ano, teremos entregado o setor de nefrologia para a sociedade amazonense. É muito importante isso porque amplia a capacidade do HUGV fazendo com que ele cumpra cada vez mais a sua missão que é atender a popu-

lação amazonense”, reiterou o reitor da Ufam, Sylvio Puga.

### **NOVO CONCURSO**

À medida que o bloco entrar em funcionamento, a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) deve fazer um concurso público para preenchimento das vagas do corpo técnico necessário para operar, anunciou o reitor.

## CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Título:** Modelo do MS será a base

**Veículo:** A Crítica

**Data:** 24.07.18

**Enfoque:**

Positivo ( ) Negativo ( ) Neutro (X)

**Caderno:** Cidades

**Página:** C5

### C TRATAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO

Aegea Saneamento pretende implantar, em Manaus, serviços similares ao de Campo Grande

# Modelo do MS será a base

**ÁLIK MENEZES**

alikh@acritica.com

Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul, tem índice de 99,87% de cobertura de água e é a quarta capital do Brasil em abastecimento de água, segundo dados divulgados pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária (Abes), em 2017. O modelo de serviço, implantado pela Aegea Saneamento, servirá como base para o que será implantado na capital amazonense nos próximos cinco anos pela Manaus Ambiental, que agora faz parte do grupo.

O estudo considera indicadores como abastecimento de água, coleta de esgoto, tratamento de esgoto, coleta de lixo e destinação de resíduos. Segundo o presidente da empresa, Renato Medicis Maranhão, uma das metas da concessionária é que até 2030, Manaus passe a contar com 80% do esgoto coletado e tratado. "Isso é um importante passo na preservação do meio ambiente", disse.

Na semana passada, A CRÍTICA visitou a Estação de Tratamento de Água (ETA) de Campo Grande para conhecer como funcionam os processos realizados pela concessionária da cidade, a Águas de Guariroba.

No local, a água, que chega por meio de encanamento dos córregos de Guariroba e Lajeado, passa por coagulação (são adicionados coagulante e cal hidratada); floculação (onde diminui-se a velocidade na agitação

da água e tem o objetivo de transformar as impurezas em suspensão fina); decantação (onde o processo é a separação de partículas sólidas); filtração (onde são retiradas as partículas e microorganismos que, por ventura, não foram retirados no procedimento anterior); e por último é feita a cloração, fluoretação e correção da acidez.

A diretora-presidente da Águas de Guariroba, Lucilaine Medeiros, destacou que o maior desafio foi a universalização do sistema de água e de esgoto e a redução das perdas de água. “Os desafios do saneamento não são fáceis. Na questão do saneamento, o grande gargalo é a questão do investimento e também os trabalhos de conscientização junto à população. Hoje

Campo Grande conta com 19% de índice de perdas, esse índice classifica como uma das cidades no Brasil com os menores índices de perda, mas hoje nós temos diversas tecnologias que nos levam a alcançar esse índice”, explicou.

Uma avaliação da Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Amazonas dos Serviços Públicos do Amazonas (Arsam), em

março do ano passado, apontou que Manaus é uma das cidades do País que mais desperdiçam água tratada. Do total de água distribuída pela Manaus Ambiental, 70% se perde no caminho em vazamento de tubulações ou ligações clandestinas.

**\*Os repórteres viajam a convite da empresa Aegea**

## CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Título:** Os benefícios da privatização da Eletrobras

**Veículo:** Jornal do Commercio

**Data:** 24.07.18

**Caderno:** Opinião

**Página:** A3

**Enfoque:**

Positivo ( ) Negativo ( ) Neutro (X)

# Os benefícios da privatização da Eletrobras

No início de maio, a Câmara dos Deputados deu mais um passo importante para a privatização da Eletrobras, após conseguir a aprovação na Comissão Mista Especial, que analisa a MP 814. Privatização sempre foi uma questão polêmica e diz respeito à avaliação do desempenho das empresas estatais. Sabe-se que uma firma capitalista deve visar o maior lucro possível, com um nível mínimo de custos. No entanto, ao longo da formação e consolidação do sistema produtivo estatal brasileiro, percebe-se, em grau elevado, que as empresas estatais tiveram que optar pelo crescimento e estabilização econômica.

Nesse cenário, a privatização da Eletrobras é razoável e justificada ao liberar o Estado do ônus de investir num setor tido como não essencial – educação, saúde e segurança seriam prioritários – e transmite-se a responsabilidade a empresas privadas com expertise e eficiência de gestão comprovadas no mercado específico. A privatização parece atender às expectativas da população (que teria serviço e infraestrutura mais ágeis, baratos e competitivos) e da administração pública, garantindo o máximo esforço de seus recursos, cortando custos, reduzindo gastos e “enxugando” a máquina pública.

Outro ponto que deve ser salientado é a motivação gerada pela possível concorrência. A competição impulsiona o gestor a melhorar o atendimento ao cliente, a comunicação, buscar novas tecnologias, desenvolver inovações, etc. A competição impacta na qualidade do bem e/ou serviço. Ainda, em relação ao preço, a MP 814 garante uma tarifa social que beneficia os consumidores que estão no cadastro único do governo para programas sociais, com faixa de isenção no pagamento de 60 MegaWatts-hora (MWh), por mês, aumentada para 80 MegaWatts-hora (MWh).

Essa discussão faz lembrar os mo-

mentos vividos na década de 1990, quando foi privatizado o Sistema de Telecomunicações Brasileiro. A chegada da telefonia móvel, da internet e novas mídias foi um desafio pesado para permanecer somente no âmbito do Estado. A infraestrutura estatal não era compatível com as exigências das inovações que surgiam. Quem teve uma linha da Telepar lembra como era –fila de espera de mais ou menos dois anos e/ou desembolso de muitas unidades monetárias para comprar uma linha telefônica, fora outras características que encareciam as ligações. Era um gargalo que não abastecia a expecta-

tiva popular pelos serviços. Na época, alegava-se que a privatização pioraria as condições de acesso e preços aos consumidores. Atualmente, percebe-se os benefícios do processo.

Quanto ao desemprego gerado, deve-se dar a segurança devida ao trabalhador que será desligado sem justa causa, no entanto, sustentar uma empresa onerosa para a sociedade para privilegiar e/ou gerar empregos para poucos, frente à população desempregada pelo efeito do déficit público, pode ser muito custoso para a empresa e gerar um sistema deficitário cada vez mais viciado.

## CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Título:** IPCA para 2018 cai de 4,15% para 4,11%, prevê Focus

**Veículo:** Jornal do Comercio

**Data:** 24.07.18

**Caderno:** Economia

**Página:** A6

**Enfoque:**  
Positivo ( ) Negativo ( ) Neutro (X)

### IPCA para 2018 cai de 4,15% para 4,11%, prevê Focus

Já após os dados mais recentes de inflação, os economistas do mercado financeiro reduziram a previsão para o IPCA -o índice oficial de preços -de 2018. O Relatório de Mercado Focus divulgado nesta segunda-feira (23), pelo BC (Banco Central), mostra que a mediana para o IPCA este ano foi de 4,15% para 4,11%. Há um mês, estava em 4,00%. Já a projeção para o índice em 2019 permaneceu em 4,10%. Quatro semanas atrás, estava no mesmo patamar.

O relatório Focus trouxe ainda a projeção para o IPCA em 2020, que seguiu em 4,00%. No caso de 2021, a expectativa foi de 4,00% para 3,95%. Há quatro semanas, essas projeções eram de 4,00% para ambos os anos.

A projeção dos economistas para a inflação em 2018 está dentro da meta deste ano, cujo

centro é de 4,5%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual (índice de 3,0% a 6,0%). Para 2019, a meta é de 4,25%, com margem de 1,5 ponto (de 2,75% a 5,75%). No caso de 2020, a meta é de 4,00%, com margem de 1,5 ponto (de 2,5% a 5,5%). Já a meta de 2021 é de 3,75%, com margem de 1,5 ponto (de 2,25% a 5,25%).

Na última sexta-feira (20), o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) informou que o IPCA-15 de julho subiu 0,64%. A taxa acumulada no ano foi de 3,00% e nos 12 meses encerrados em julho de 4,53%.

Entre as instituições que mais se aproximam do resultado efetivo do IPCA no médio prazo, denominadas Top 5, a mediana das projeções para 2018 no Focus foi de 4,10% para 4,09%. Para

2019, a estimativa do Top 5 seguiu em 4,06%. Quatro semanas atrás, as expectativas eram de 3,84% e 4,00%, respectivamente.

No caso de 2020, a mediana do IPCA no Top 5 permaneceu em 4,00%, igual ao verificado há um mês. A projeção para 2021 no Top 5 seguiu em 3,75%, também igual ao visto um mês atrás.

### **Últimos 5 dias**

A projeção mediana para o IPCA 2018 atualizada com base nos últimos 5 dias úteis permaneceu em 4,11%. Houve 94 respostas para esta projeção no período. Há um mês, o percentual calculado estava em 4,04%.

No caso de 2019, a projeção do IPCA dos últimos 5 dias úteis permaneceu em 4,10%. Há um mês, estava no mesmo patamar.

Essas projeções do IPCA que consideram apenas os últimos 5

dias úteis são uma das novidades do novo formato do Focus. As projeções gerais do IPCA, que seguem fazendo parte do Focus, levam em conta os últimos 30 dias. Conforme o BC, a intenção de divulgar projeções com base nos últimos dias úteis tem como objetivo mostrar um retrato mais tempestivo do indicador de inflação.

Os economistas do mercado financeiro alteraram a previsão para a inflação em julho de 2018, de 0,33% para 0,30%. Um mês antes, o percentual projetado estava em 0,34%.

Para agosto, a projeção passou de 0,10% para 0,07% e, para setembro, seguiu em 0,21%. Há um mês, os percentuais eram de 0,12% e 0,23%, respectivamente.

No RTI (Relatório Trimestral de Inflação), divulgado no fim de junho, o BC informou que



suas projeções de inflação no curto prazo são de 0,27% em julho e 0,20% em agosto.

No Focus agora divulgado, a inflação suavizada para os próximos 12 meses foi de 3,77% para 3,70% de uma semana para outra -há um mês, estava em 4,22%.

### **Preços administrados**

O Focus indicou nesta segunda elevação na projeção para os preços administrados em 2018. A mediana das previsões do mercado financeiro para o indicador este ano foi de alta de 6,45% para avanço de 6,71%. Para 2019, a mediana passou de elevação de 4,40% para alta de 4,50%. Há um mês, o mercado projetava aumento de 6,30% para os preços administrados neste ano e elevação de 4,50% no próximo ano.

As projeções atuais do BC para os preços administrados, no cenário de mercado, indicam elevações de 7,2% em 2018 e 4,6% em 2019. Estes percentuais foram atualizados no último Relatório Trimestral de Inflação.

### **Outros índices**

O Relatório Focus mostrou, ainda, que a mediana das projeções do IGP-M de 2018 seguiu em 7,70%. Há um mês, estava em 7,18%. No caso de 2019, o IGP-M projetado permaneceu em 4,47%, ante 4,48% de quatro semanas antes.

Calculados pela FGV (Fundação Getúlio Vargas), os IGPs (Índices Gerais de Preços) são bastante afetados pelo desempenho do câmbio e pelos produtos de atacado, em especial os agrícolas.



## CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Título:** Venda da Amazonas Energia afeta PIM

**Veículo:** Jornal do Commercio

**Data:** 24.07.18

**Caderno:** Economia

**Página:** A5

**Enfoque:**  
Positivo ( ) Negativo ( ) Neutro (X)

Privatização de distribuidoras do setor energético pode trazer benefícios à economia e enxugar Estado

# Venda da Amazonas Energia afeta PIM

**ARTUR MAMEDE**  
amamede@jcam.com.br

Com a decisão do governo federal de não estender mais o prazo para que as distribuidoras de energia sejam vendidas, setores econômicos do Amazonas discutem as vantagens de ter um dos serviços mais importantes para a indústria sendo gerido por uma empresa privada. Segundo o governo, a data para desestatização não deve passar de 30 de agosto. A Amazonas Energia está no pacote de quatro distribuidoras (junto com Companhia de Eletricidade do Acre, Centrais Elétricas de Rondônia, Boa Vista

Energia) e tinha leilão marcado para o próximo dia 26. O pregão foi suspenso após recomendação do MPF-AM (Ministério Público Federal do Amazonas). Uma das razões para a suspensão foi o da não conclusão da desverticalização da empresa, que tinha 2 de março como prazo final.

A privatização geraria impactos positivos em toda a cadeia produtiva da indústria, explica o vice-presidente da Fiam (Federação das Indústrias do Estado do Amazonas), Nelson Azevedo. "Os altos custos

da produção estão ligados aos encargos com energia elétrica e com os impostos esmagadores. O setor de energia, sendo estatal, não tem promovido a renovação dos sistemas de distribuição e o risco de ficar sem energia traz insegurança a indústria", comentou.

Azevedo acredita que se há interesse do governo em vender as distribuidoras, isso atesta a ineficiência do modelo de gestão. "Se tomarmos o exemplo

do acontecido com o setor de telefonia, somos a favor da privatização. O fornecimento da energia, a indústria e ao pequeno consumidor, tende a melhorar e apesar de não termos números, acreditamos também

**Data para desestatização de quatro distribuidoras do Norte não deve passar de 30 de agosto**

numa redução das tarifas em médio e longo prazo, impactando positivamente na produção industrial", ressaltou.

"A desestatização seria benéfica também à economia, pois reduziria o tamanho do Estado, uma promessa que vem com a discussão das reformas e que não tem andado muito. Se isso vai trazer benefícios à indústria, não somos opositores. A energia é quase como um insumo, uma matéria-prima para a indústria. É oxigênio para o setor", fecha.

## **Privatização e melhorias no serviço**

Segundo o economista e presidente do Corecon-AM (Conselho Regional de Economia do Amazonas), Francisco Mourão Júnior, a privatização seria benéfica por trazer mais segurança ao polo industrial, garantindo a chegada de mais investimentos e empresas. “Adotando o princípio do Laissez-faire (‘deixe fazer’) com pouca ou nenhuma intervenção do Estado, o empresário

se sente mais seguro tratando com outro empresário. A maior fiscalização quanto a qualidade dos serviços também seria um dos fatores de atração”, afirma.

“Existe a convicção, quase geral, entre empresários e economistas quanto aos benefícios da desestatização. Do jeito que as estatais são conduzidas, só se paga o funcionalismo. Quase não há investimentos em modernização e existe ainda a barreira da burocracia excessiva”, fechou

Mourão Júnior.

## **“Insustentáveis” e “entre as piores”**

Em abril, o diretor-geral da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), Romeu Rufino avaliou as seis distribuidoras de eletricidade da estatal Eletrobras que operam no Norte e Nordeste -incluindo a Amazonas Energia, como “inviáveis”, completando que a venda destas seria a melhor saída. “A ineficiência tornou



as concessões insustentáveis... A licitação é a alternativa que melhor atende ao interesse público”, afirmou. “Além disso, sob o ponto de vista de sustentabilidade do negócio de distribuição, os prejuízos causados pela ineficiência operacional e elevados patamares de perdas tomaram a continuidade da prestação do serviço inviável”, adicionou.

### **MPF-AM considera venda precipitada**

Segundo a recomendação do MPF-AM contrária a venda, a realização do leilão da Amazonas Energia no momento atual ocorreria de maneira precipitada, em virtude de fatores como: insegurança nos campos jurídico, econômico e financeiro; alegada ausência de autorização legislativa prévia para a realização do ato; decisões judiciais que determinaram em caráter liminar a suspensão do leilão e ausência de conclusão do processo de desverticalização da Amazonas Energia. A soma de todos esses fatores acarreta, conseqüentemente, graves reflexos no processo de desestatização.

O MPF destaca que a atuação do órgão não parte de juízo de valor sobre o mérito ou a necessidade da realização da desestatização das distribuidoras, mas da análise dos fatos que desaconselham a efetivação do leilão nas atuais condições. Tramitam no órgão três inquéritos civis instaurados para apurar possíveis irregularidades no processo de privatização das distribuidoras da Eletrobras.

## CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Título:** Balança tem superávit de US\$ 1,516 bilhão na 3ª semana de julho

**Veículo:** Jornal do Commercio

**Data:** 24.07.18

**Enfoque:**

Positivo ( ) Negativo ( ) Neutro (X)

**Caderno:** Economia

**Página:** A7

# Balança tem superávit de US\$ 1,516 bilhão na 3ª semana de julho

A balança comercial brasileira registrou superávit comercial de US\$ 1,516 bilhão na terceira semana de julho (de 16 a 22). De acordo com dados divulgados nesta segunda-feira (23), pelo Mdic (Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços), o valor foi alcançado com exportações de US\$ 6,780 bilhões e importações de US\$ 5,264 bilhões.

O mês de julho acumula superávit de US\$ 3,967 bilhões

até dia 22, abaixo 36,9% do registrado em todo o mês de julho de 2017, quando o resultado foi positivo em US\$ 6,285 bilhões.

No ano, o superávit comercial acumulado é de US\$ 33,900 bilhões, queda de 16% em relação ao mesmo período de 2017. A estimativa do governo para este ano é que a balança encerre o ano com superávit acima de US\$ 50 bilhões.

Em julho, houve alta de apenas 20,3% na média diária

das exportações na comparação com o mesmo mês do ano passado, com aumento nas vendas de produtos básicos (+57,9%). Houve queda, porém, nas exportações de produtos manufaturados (-6,6%) e semimanufaturados (-13,1%).

Já as importações registraram alta superior, de 36,5% na mesma comparação, com crescimento nos gastos, principalmente, com veículos automóveis e partes (+40,3%).

## CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Título:** Privatização da Amazonas Energia avança no STF

**Veículo:** Jornal do Commercio

**Data:** 24.07.18

**Enfoque:**

Positivo ( ) Negativo ( ) Neutro (X)

**Caderno:** Economia

**Página:** A5

Supremo decide manter leilão de distribuidoras da Eletrobras

# Privatização da Amazonas Energia avança no STF

AGÊNCIA BRASIL

**A** presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), ministra Cármen Lúcia, negou ontem pedido de liminar feito pela Aeel (Associação dos Empregados da Eletrobras) para suspender o leilão das distribuidoras estaduais de energia elétrica, subsidiárias da Eletrobras.

Na quinta-feira (26), a Cepisa (Companhia Energética do Piauí) será a primeira das seis distribuidoras da Eletrobras

que serão leiloadas. O leilão da Eletroacre (Companhia de Eletricidade do Acre), da Ceron (Centrais Elétricas de Rondônia), da Boa Vista Energia (Roraima) e da Amazonas Distribuidora de Energia (Amazonas Energia) está previsto para 30 de agosto.

No pedido de liminar que chegou ao Supremo, a associação dos empregados contestou a liminar proferida pelo presidente do TRF-2 (Tribunal Regional Federal da 2ª Região), desembargador André Fontes, que liberou

**Ministra  
Cármen Lúcia  
negou pedido  
de liminar  
para impedir a  
licitação**

o leilão, após uma decisão da primeira instância que barrou a venda das empresas.

Para a Aeel, a decisão do desembargador descumpriu uma liminar do ministro Ricardo Lewandowski, que proibiu o governo de vender, sem autorização do Legislativo, o controle acionário de empresas públicas de economia mista. Ao analisar o caso, Cármen Lúcia entendeu que o desembargador não descumpriu a decisão de Lewandowski e que o caso não pode ser analisado profundamente por meio de uma reclamação constitucional, tipo de ação utili-

zada para questionar a liberação do leilão.

“A decisão reclamada não se afasta dessa exigência. Ao contrário, ao examinar os diplomas legislativos correspondentes, assenta a existência de autorização legislativa para a alienação do controle acionário das distribuidoras elencadas no edital de Leilão nº 2/2018. Eventual desacerto nesta avaliação deve ser questionado na via recursal própria, não podendo ser sanada pela reclamação”, decidiu a ministra.

O leilão de privatização da Cepisa, distribuidora da Eletro-

bras responsável pelo fornecimento de energia no Piauí, recebeu proposta de interessados, segundo uma testemunha da Reuters na sede da bolsa paulista B3, onde ocorreu nesta segunda-feira a entrega de documentos por investidores para a licitação.

A sessão pública do leilão da Cepisa está agendada para 26 de julho, mas interessados puderam entregar suas propostas e outros documentos na Bolsa. Um grupo de executivos que esteve na B3 para apresentar os documentos não quis comentar que empresas representavam na licitação.

## CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Título:** Norma de Execução de Estruturas de Concreto em revisão na ABNT

**Veículo:** CBIC Hoje

**Data:** 23.07.18

**Caderno:** Newsletter

**Página:** On-line

**Enfoque:**  
Positivo ( ) Negativo ( ) Neutro (X)

**Link:** <https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/07/CBIC-HOJE-23.07.2018.pdf>

### **Norma de Execução de Estruturas de Concreto em revisão na ABNT**

A Norma ABNT NBR 14931 - Execução de Estruturas de Concreto está em revisão na Comissão de Estudo da ABNT - CE-002:124.016, contida no Comitê Brasileiro da Construção Civil (ABNT/CB-002). A referida norma define os requisitos detalhados para a execução de obras de concreto, cujos projetos foram elaborados de acordo com a ABNT NBR 6118.

O Grupo de Acompanhamento de Normas Técnicas – GANT da COMAT/CBIC tem acompanhado a revisão desta norma através da participação na Comissão de Estudo de seu representante, consultor do Sinduscon-Rio, Lydio Bandeira.

Com o intuito de estender a discussão a todo o setor, foi criado um Fórum para esta norma no **Portal CBIC de Normas Técnicas ABNT da Indústria da Construção**. Para acessá-lo entre em [www.cbic.org.br/normasdaconstrucao](http://www.cbic.org.br/normasdaconstrucao). O consultor Lydio Bandeira mediará o debate e trará informações sobre o processo de revisão, diretamente da Comissão de Estudo da ABNT. Evidencia-se ainda pequena participação das construtoras nas reuniões de revisão da norma.

"O Fórum complementa em certa medida a iniciativa da ABNT de promover o acompanhamento a distância das reuniões das suas Comissões de Estudo através de web conferências, enriquecendo ainda mais o processo de elaboração e revisão das normas técnicas e permitindo que profissionais de diversos locais do país participem das discussões a respeito dos temas escolhidos" enfatiza Lydio Bandeira.

A próxima reunião acontecerá no **dia 08 de agosto em São Paulo, com possibilidade de participação a distância**. Interessados em participar das reuniões ou outras informações entre contato com a secretaria do Comitê pelo telefone (11) 3334-5620 ou pelo e-mail [cb002@sindusconsp.com.br](mailto:cb002@sindusconsp.com.br).

As ações estão contidas no projeto "Gestão das normas técnicas do setor", uma iniciativa da CBIC e do Senai Nacional.

## Mais notícias

CBIC

[CBIC Hoje NEWSLETTER 23/07/2018 / EDIÇÃO 6117](#)

Senado Noticias

[Senado deve retomar análise de propostas que regulam a desistência na compra de imóvel](#)

Brasil econômico

[Estimativa para inflação vai para 4,11% na segunda redução seguida, aponta Focus](#)

## AGENDA

AGOSTO

18 – Dia Nacional da Construção Social (DNCS)

Participe do Dia Nacional da Construção Social

saúde Lazer cidadania

UM DIA DE SAÚDE, LAZER E CIDADANIA PARA O TRABALHADOR DA CONSTRUÇÃO E SUA FAMÍLIA

INFORMAÇÕES  
(92) 3233-7880 / (92) 3233-5463  
CONTATO@SECONCI-MANAUS.COM.BR

DIA NACIONAL DA CONSTRUÇÃO SOCIAL  
EDIÇÃO 2018

O Futuro dos nossos filhos

18 DE AGOSTO, DE 9 ÀS 14H, NO CLUBE DO TRABALHADOR DO Sesi

Apoio Apoio Especial Realização Promoção

FIEAM ADELAM SECONCI BRASIL SINDUSCONAM SECONCI Sesi CBIC